



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO - 2\$10

Toda a correspondência, quer officia, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações litterarias de que se celebem 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.

| ASSINATURAS | | |
|--|-----------|--------------------------|
| As 3 séries . . . | Ano 240\$ | Semestre 130\$ |
| A 1.ª série . . . | 90\$ | 48\$ |
| A 2.ª série . . . | 90\$ | 48\$ |
| A 3.ª série . . . | 90\$ | 48\$ |
| Avulso: Número de duas páginas 80\$; | | |
| de mais de duas páginas 80\$ por cada duas páginas | | |

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10.119, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 11:807 — Regula a cobrança das receitas e fixa as despesas do Estado para o ano económico de 1926-1927.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 11:807

Não obstante a proposta orçamental das receitas e despesas do Estado para o ano económico de 1926-1927 ter sido apresentada ao Parlamento em princípio do mês de Janeiro de 1926, certo é que até o termo da sessão legislativa, que se encerrou em 31 de Maio último, não tinham ainda sido votados os orçamentos. e portanto não se havia convertido em lei aquela proposta.

Perante esta situação tinha o Governo de providenciar dotando as administrações dos vários serviços públicos com os meios necessários para ocorrer à arrecadação das receitas e ao pagamento das correlativas despesas, entendendo que melhor seria fixar as despesas para o periodo completo dos doze meses que vão seguir-se do que para periodos successivamente de um, dois ou três meses, como em circunstâncias idênticas por várias vezes se procedeu.

O sistema de duodécimos, sempre que dêle se usou, trouxe maiores encargos para o Tesouro pela possibilidade de se rectificarem as dotações dos serviços públicos, além de que produziam uma natural perturbação na administração desses serviços e dificuldades grandes aos serviços de contabilidade.

Pretendeu o Governo rever os orçamentos dos diversos Ministérios, mas o pouco tempo de que dispunha mal lhe permitiu fazer uma sumária análise dos encargos do Estado; no entanto, verificou que só uma profunda remodelação de serviços e a alteração de vários diplomas permitirão fazer sensíveis reduções nas despesas do Estado e uma melhor e mais proveitosa cobrança dos rendimentos indispensáveis ao Tesouro Público.

Neste momento a intenção do Governo é, pois, apresentar um documento que represente, tam verdadeira-

mente quanto possível, a situação do Tesouro em face das receitas e das despesas orçamentais, no sistema actual de administração, reservando-se fazer, por meio de medidas adequadas que seguidamente adoptará, as alterações que no orçamento devam ser introduzidas tendentes a estabelecer o equilibrio entre aquelas receitas e despesas.

Antes, porém, de apresentar os resultados que se observam da comparação entre as receitas avaliadas para 1926-1927 e as despesas ora fixadas para o mesmo ano, analisemos a

Situação orçamental, provável, ao terminar a gerência de 1925-1926

A conta das receitas e despesas orçamentais do Estado da gerência de 1925-1926, referida ao dia 30 de Abril último, mostra que as receitas arrecadadas nos meses de Julho de 1925 a Abril de 1926 atingiram a quantia de 968.220.453\$46 e que os fundos saídos dos cofres públicos, para pagamento de despesas orçamentais do Estado, acrescidos da importância dos documentos ainda não transferidos desses cofres para o Banco de Portugal, como caixa geral do Tesouro, ascendem a 1.208.092.679\$15; donde resulta que nos dez primeiros meses da corrente gerência existe um *déficit* de 239.872.225\$69, ou seja um *déficit* mensal médio de cerca de 23.987 contos.

Se esta média se mantivesse nos meses de Maio e Junho, o *déficit* da gerência que finda em 30 de Junho corrente elevar-se-ia a 287.840 contos; mas como no mês de Junho há liquidações de encargos da dívida pública e se satisfazem despesas em mais elevada quantia em relação aos meses anteriores, por ser o último do ano económico, o *déficit* referido deve elevar-se a mais de 300.000 contos. Não parece que haja exagêro calculando-o em 330.000 contos.

Este resultado, que se afasta grandemente da previsão orçamental constante da respectiva proposta para o ano económico de 1925-1926, apresentada ao Parlamento em 15 de Janeiro de 1925, provém da menor cobrança das receitas do Estado e da necessidade que houve de reforçar por meio de créditos especiais várias dotações dos Ministérios.

Segundo a referida proposta orçamental a receita foi orçada em 1.306.193.611\$77, mas nos dez primeiros meses da gerência de 1926-1927 a cobrança foi, como se disse, somente de 968.220.453\$46. Se avaliarmos a to-

talidade das cobranças nesta gerência pela média naquele período de tempo, teremos para essa totalidade a importância de 1:161.864 contos. Logo a cobrança das receitas é inferior à previsão em cerca de 144:329 contos.

Quanto às despesas sucede o contrário. A mesma proposta orçamental fixou-as em 1.369:758.749\$45.

A conta dos pagamentos, porém, evidencia que as somas dispendidas nos meses de Julho de 1925 a Abril de 1926 foram de 1.208:092.679\$15. Se, da mesma forma por que procedemos para as receitas, avaliássemos as despesas de Maio e Junho pela média daqueles meses de Julho a Abril, a totalidade dos gastos do Estado seria de 1.449:710 contos; porém, pelas razões acima mencionadas, esta importância deverá crescer-se de aproximadamente 42:000 contos, o que a eleva a 1.491:710 contos. De onde se verifica que o excesso das despesas efectivas sobre as fixadas na proposta orçamental deve andar à roda de 121:952 contos.

Nestas circunstâncias:

| | |
|---|---------|
| A falta de receita, que atinge | 144.329 |
| o excesso de despesas, que vai a | 121.952 |
| e o <i>deficit</i> já previsto na proposta orçamental de 1925-1926, que era de | 63.565 |
| dão o <i>deficit</i> , que neste momento se prevê para a gerência que finda em 30 de Junho corrente, de | 329.846 |
| ou seja, em números redondos, o <i>deficit</i> de | 330.000 |

Analisemos agora de que provém a diminuição da receita e o excesso nas despesas.

De uma maneira geral, a diminuição de receita provém do o regime tributário estabelecido pela lei n.º 1:368 não produzir o que se supôs que elle renderia. Assim o demonstram as cobranças das contribuições e impostos seguintes:

| | Avaliação — Contos | Cobrança em 10 meses — Contos | Cobrança provável na gerência — Contos | Diferença para menos provável — Contos |
|--|--------------------------|---|---|---|
| Contribuição industrial | 87:500 | 58:375 | 70:000 | 17:500 |
| Imposto pessoal de rendimento | 9:000 | 4:147 | 5:000 | 4:000 |
| Imposto sobre o valor das transacções e taxa suplementar de 1 por cento nas Alfândegas | 135:000 | 64:165 | 86:000 | 49:000 |
| Adicionais sobre as contribuições para despesas com melhoria de vencimentos | 182:300 | 122:510 | 162:200 | 20:100 |

Mas, além destas, temos mais as seguintes:

| | Avaliação — Contos | Cobrança em 10 meses — Contos | Cobrança provável na gerência — Contos | Diferença para menos provável — Contos |
|---|--------------------------|---|---|---|
| Contribuição de registo | 70:000 | 46:120 | 58:000 | 12:000 |
| Imposto do selo e receita por meio de estampilhas | 120:000 | 76:735 | 97:000 | 23:000 |
| Lucros de amoeção | 45:000 | — | — | 45:000 |

Deste mapa se verifica que, em sete das mais importantes rubricas de receitas, a cobrança deve ser inferior aos respectivos cálculos orçamentais em 170:600 contos, número este que se afasta em cerca de 26:000 contos do que atrás se menciona em consequência de diversos aumentos noutros rendimentos do Estado.

Quanto ao aumento de despesas, provém principalmente dos maiores encargos da dívida flutuante; de se satisfazerem na gerência corrente encargos dos empréstimos dos tabacos, que estavam em suspenso, e bem assim das despesas feitas com o financiamento de Angola, que só por si, desde 1 de Julho de 1925 até 25 de Junho de 1926, levou ao Tesouro metropolitano a importante quantia de 98:500 contos.

Pôsto isto vejamos, em face do presente decreto com força de lei, qual a

Situação orçamental, provável, em 1926-1927

As receitas foram avaliadas em . . . 1.289:032.232\$70 sendo:

| | |
|---|-------------------|
| receitas ordi- nárias | 1.123:977.632\$70 |
| receitas extra- ordinárias | 165:054.600\$00 |

As despesas foram fixadas em . . . 1.555:304.830\$11 sendo:

| | |
|--|-----------------|
| despesas ordi- nárias | 862:747.473\$76 |
| despesas ex- traordiná- rias | 692:557.356\$35 |

há por consequência um *deficit* de . . . 266:272.597\$41

sem que nas despesas esteja atendido o auxílio a prestar às colónias, principalmente à provincia de Angola, cujas dificuldades económicas e financeiras, por serem bem angustiosas, justificarão toda a acção que o Governo terá oportunamente de exercer naquele sentido e que está dependente dos estudos a que presentemente se procede.

As receitas foram avaliadas, dum modo geral, tomando por base as cobranças realizadas nos meses de Julho de 1925 a Abril de 1926. Os elementos de apreciação que se obtêm nas contas das receitas e das despesas orçamentais dos referidos meses permitem calcular com relativa exactidão qual o rendimento do Estado no ano económico de 1926-1927 segundo o actual regime tributário.

As diferenças entre as avaliações para 1926-1927 resultantes do presente diploma, e as descritas na proposta orçamental de 15 de Janeiro para o ano económico de 1926-1927, em cada um dos diversos capítulos do Orçamento, são as seguintes:

| | Avaliações | | Diferenças nas avaliações actuais | |
|---|--------------------------------------|---|-----------------------------------|---------------------------|
| | Pelo presente diploma — Contos | Pela proposta de 15-1-1926 — Contos | Para mais — Contos | Para menos — Contos |
| Receita ordinária: | | | | |
| Contribuições e impostos directos | 259:833 | 272:977 | —\$ | 13:144 |
| Registo e selo | 157:500 | 192:150 | —\$ | 34:650 |
| Impostos indirectos | 295:331 | 308:340 | —\$ | 13:009 |
| Exclusivos, rendas fixas e participação de lucros | 171:500 | 103:320 | 68:180 | —\$ |
| Bens próprios nacionais e diversos rendimentos | 26:931 | 24:526 | 2:405 | —\$ |
| Juros, dividendos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias | 93:134 | 91:335 | 1:799 | —\$ |
| Reembolsos e reposições | 5:853 | 9:363 | —\$ | 3:510 |
| Rendimento próprio dos diversos serviços | 113:895 | 109:811 | 4:084 | —\$ |
| | | | 76:468 | 64:313 |
| <i>Total da receita ordinária</i> | 1.123:977 | 1.111:822 | + 12:155 | |
| Receita extraordinária | 165:055 | 202:555 | — | 37:500 |
| <i>Total geral</i> | 1.289:032 | 1.314:377 | — | 25:345 |

Como se observa do mapa acima, as avaliações, pelos motivos que já foram mencionados, apresentam sensíveis diminuições, notando-se, porém, uma importante diferença para mais na classe de rendimentos em que se descrevem os exclusivos, rendas fixas e participações de lucros. Esta diferença provém de se ter calculado o rendimento dos tabacos em 140:000.000\$ ou sejam mais 68:480.000\$ do que a verba inscrita na proposta orçamental de 15 de Janeiro de 1926, convindo dizer, desde já, que a este acréscimo de receita correspondeu um acréscimo de despesa no Ministério do Comércio e Comunicações, pelo aumento de 70:000 contos nas verbas consignadas à Administração Geral das Estradas e Turismo para grandes reparações e construção de estradas.

Quanto às despesas, foram fixadas em 1.555:304.830\$11 enquanto que na referida proposta orçamental atingiram 1.397:534.483\$47, havendo, por consequência, a diferença para mais de 157:770.346\$64.

Esta diferença deriva principalmente do seguinte:

Aumento das despesas da dívida pública:

| | | |
|---|----------------|-------------------------|
| Em consequência do acréscimo da dívida flutuante | 35:500.000\$00 | |
| Proveniente da rectificação do prémio do ouro que estava descrito a 1900 por cento, quando é de 2000 por cento. | 5:912.181\$78 | |
| Proveniente de encargos de diversos empréstimos e outras despesas | 550.590\$21 | 41:962.771\$99 |
| Aumento da dotação orçamental para construção e reparação de estradas. | 70:000.000\$00 | |
| Idem para trabalhos fluviais | 2:650.000\$00 | |
| Idem de serviços com compensação especial em receita | 3:000.000\$00 | |
| Idem de diversas despesas do Ministério da Guerra | 28:153.431\$77 | |
| Idem de material aeronáutico naval. | 3:040.000\$00 | |
| Idem de diversas despesas de anos económicos findos | 4:044.725\$79 | |
| Idem destinada à execução da parte final do artigo 1.º do decreto n.º 9:649, de 7 de Maio de 1924. | 7:500.000\$00 | |
| | | 160:350.929\$55 |
| Diversas alterações nos orçamentos dos Ministérios dão no conjunto a diferença para menos de. | 2:580.582\$91 | |
| | | <u>157:770.346\$64.</u> |

É, como se vê, bastante má a situação em que o Governo veio encontrar a administração pública: uma dívida flutuante elevadíssima; um sistema tributário complicado e defeituoso; o país sem estradas e sem portos; os serviços públicos desorganizados e cumprindo com dificuldades as suas funções; um grande excesso de despesas sobre as receitas orçamentais.

A tudo o Governo espera atender; mas primeiro é necessário, como vulgarmente se diz, arrumar a casa. Para começar essa tarefa, o Governo vai fixar as receitas e despesas para o ano económico de 1926-1927, introduzindo sucessivamente nos orçamentos, como no princípio declarou, as alterações que considerar necessárias para conseguir o equilíbrio seguro e efectivo do Orçamento Geral do Estado.

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As contribuições, impostos directos e indirectos, e os demais rendimentos e recursos do Estado constantes do mapa n.º 1, que faz parte do presente decreto com força de lei, avaliados na quantia de 1.289:032.232\$70, sendo 1.123:977.632\$70 de receitas ordinárias, e 165:054.600\$ de receitas extraordinárias, continuarão a ser cobrados na gerência de 1926-1927, em conformidade das disposições que regulam ou vierem a regular a respectiva arrecadação, applicando-se o seu produto às despesas legalmente autorizadas.

Art. 2.º São fixadas as despesas ordinárias e extraordinárias do Estado, na metrópole, para o ano económico de 1926-1927, na quantia de 1.555:304.830\$11, sendo as ordinárias de 862:747.473\$76 e as extraordinárias de 692:557.356\$35, conforme o mapa n.º 2 que faz parte desta lei.

Art. 3.º As despesas dos serviços autónomos no ano económico de 1926-1927, constantes do mapa n.º 3, que faz parte da presente lei, são fixadas na quantia total de 408:103.761\$24, e à sua satisfação serão applicadas as receitas próprias dos mesmos serviços.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Junho de 1926.—*Manuel de Oliveira Gomes da Costa*—*António Claro*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Filomeno da Câmara Melo Cabral*—*Jaime Afreixo*—*António Óscar de Fragoso Carmona*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Armando Humberto da Gama Ochoa*—*Artur Ricardo Jorge*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

N.º 1

MAPA DA RECEITA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DO ESTADO, NA METRÓPOLE, PARA O ANO ECONÓMICO DE 1926-1927,
A QUE SE REFERE O DECRETO COM FORÇA DE LEI DESTA DATA

| Capítulos | Artigos | Designação das receitas | Importâncias | | |
|-----------|---|---|---------------|---------------|--------|
| | | | Por artigos | Por capítulos | Totais |
| 1.º | RECEITA ORDINÁRIA | | | | |
| | CAPÍTULO 1.º | | | | |
| | CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS DIRECTOS | | | | |
| | | Contribuições: | | | |
| | 1.º | Industrial | 80:000.000\$ | | |
| | 2.º | Predial | 70:000.000\$ | | |
| | 3.º | Direitos de mercê | 446\$ | | |
| | | Emolumentos: | | | |
| | 4.º | Cadeias civis de Lisboa e Pôrto | 20.000\$ | | |
| | 5.º | Cartas de saúde | 300.000\$ | | |
| | 6.º | Consulares | 52:700.000\$ | | |
| | 7.º | Governos civis | 4:000.000\$ | | |
| | 8.º | Notários | 330.000\$ | | |
| | 9.º | Judiciais | 4:400.000\$ | | |
| | 10.º | Polícia Cívica de Lisboa e Pôrto | 730.000\$ | | |
| | 11.º | Processos do contencioso fiscal | 330.000\$ | | |
| | 12.º | Secretarias de Estado | 385.200\$ | | |
| | 13.º | Impostos: | | | |
| | | Directos extintos e diversas receitas que não têm verba especial no Orçamento | 60.000\$ | | |
| | | Licença (de): | | | |
| | 14.º | Para a venda de pólvora e dinamite | 368\$ | | |
| | 15.º | Para a venda de tabacos | 1:200.000\$ | | |
| | 16.º | Sobre os estabelecimentos onde se produzir alcohol | 1.550\$ | | |
| | 17.º | Sobre a indústria da pesca | 2:201.000\$ | | |
| 18.º | Minas (sobre), imposto fixo anual | 55.000\$ | | | |
| 19.º | De rendimento (classe B) | 5:900.000\$ | | | |
| 20.º | Sobre a aplicação de capitais | 24:000.000\$ | | | |
| 21.º | Pessoal de rendimento | 6:000.000\$ | | | |
| 22.º | Juros da mora de dívidas à Fazenda | 2:700.000\$ | | | |
| 23.º | Multas | 4:500.000\$ | | | |
| 24.º | Taxas sobre estabelecimentos insalubres | 20.000\$ | | | |
| | | | 259:833.564\$ | | |
| 2.º | CAPÍTULO 2.º | | | | |
| | REGISTO E SÊLO | | | | |
| | 25.º | Contribuição de registo | 58:000.000\$ | | |
| | 26.º | Imposto do sêlo | 70:000.000\$ | | |
| 27.º | Imposto sobre especialidades farmacêuticas | 2:500.000\$ | | | |
| 28.º | Receita por meio de estampilhas | 27:000.000\$ | | | |
| | | | 157:500.000\$ | | |
| 3.º | CAPÍTULO 3.º | | | | |
| | IMPOSTOS INDIRECTOS | | | | |
| | | Direitos de: | | | |
| | | Exportação: | | | |
| | 29.º | Sobre o vinho | 1:000.000\$ | | |
| | 30.º | Sobre o vinho exportado pela Alfândega do Pôrto | 48.000\$ | | |
| | | Vários géneros e mercadorias | 10:600.000\$ | | |
| | 31.º | Importação: | | | |
| | 32.º | Cereais estrangeiros | —\$ | | |
| | 33.º | Tabaco nas ilhas | 160.000\$ | | |
| | 34.º | Tabaco estrangeiro | 3:500.000\$ | | |
| | 35.º | Vários géneros e mercadorias | 180:588.000\$ | | |
| | 36.º | Emolumentos gerais da guarda fiscal | 202.000\$ | | |
| | | Imposto do comércio marítimo | 1:020.000\$ | | |
| | 37.º | Impostos: | | | |
| | 38.º | Fabrico da isca | 500\$ | | |
| | 39.º | Pescado | 10:000.000\$ | | |
| 40.º | Produção de alcodis e aguardentes | 12.500\$ | | | |
| 41.º | Sobre o valor das transacções | 65:000.000\$ | | | |
| 42.º | Imposto suplementar da taxa de 1 por cento sobre o valor das mercadorias que forem importadas e despachadas para consumo (artigo 7.º da lei n.º 1:368, de 21 de Setembro de 1922) | 21:000.000\$ | | | |
| 43.º | Taxas de tráfego | 2:200.000\$ | | | |
| | | | 295:331.000\$ | | |
| | | | 712.664:564\$ | | |
| | | <i>Soma e segue</i> | | | |

| Capítulos | Artigos | Designação das receitas | Importâncias | | |
|-----------|---------|---|---------------|---------------|--------|
| | | | Por artigos | Por capítulos | Totais |
| | | <i>Transporte</i> | | 712:664.564\$ | |
| 4.º | | CAPÍTULO 4.º | | | |
| | | EXCLUSIVOS — RENDAS FIXAS E PARTICIPAÇÃO DE LUCROS | | | |
| | | Rendas fixas: | | | |
| | 44.º | Receita dos Tabacos | 140:000.000\$ | | |
| | 45.º | Caminhos de Ferro do Estado | 750.000\$ | | |
| | | Participação de lucros: | | | |
| | 46.º | Banco de Portugal | 4:750.000\$ | | |
| | 47.º | Companhia dos Tabacos | —\$ | | |
| | 48.º | Caixa Geral de Depósitos | 21:000.000\$ | | |
| | 49.º | Correios e Telégrafos | —\$ | | |
| | 50.º | Lotarias | 5:000.000\$ | | |
| | | | | 171:500.000\$ | |
| 5.º | | CAPÍTULO 5.º | | | |
| | | BENS PRÓPRIOS NACIONAIS E DIVERSOS RENDIMENTOS | | | |
| | 51.º | Armazenagem nas alfândegas | 180.000\$ | | |
| | 52.º | Emolumentos das alfândegas—participação do Estado nos emolumentos das alfândegas | 5:650.000\$ | | |
| | 53.º | Emolumentos do pessoal do Ministério das Finanças—participação do Estado | 150.000\$ | | |
| | 54.º | Emolumentos do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros—participação do Estado | 487.000\$ | | |
| | | Estabelecimentos: | | | |
| | | Fabris e industriais: | | | |
| | 55.º | Casa da Moeda | 50.000\$ | | |
| | | Penais e de correcção: | | | |
| | 56.º | Cadeia civil do Pôrto | 2.500\$ | | |
| | | Cadeias nacionais: | | | |
| | | De Lisboa | 40.000\$ | | |
| | | De Coimbra | 5.300\$ | | |
| | 57.º | | 45.300\$ | | |
| | 58.º | De protecção a menores | 14.875\$ | | |
| | | Saúde (de): | | | |
| | | Institutos: | | | |
| | 59.º | Oftalmologia | 6.000\$ | | |
| | 60.º | Postos de desinfeção | 83.000\$ | | |
| | | Diversos: | | | |
| | 61.º | Aquário Vasco da Gama—Estação de Biologia Marítima | 100.000\$ | | |
| | 62.º | Asilo da Princesa D. Maria Benedita | 316\$ | | |
| | 63.º | Montepio de Marinha | 23\$ | | |
| | 64.º | Falências | 5.300\$ | | |
| | 65.º | Fazendas abandonadas | 211.400\$ | | |
| | 66.º | Fianças-crimes quebradas e depósitos de contratos não cumpridos | 39.300\$ | | |
| | 67.º | Foros, censos e pensões | 50.000\$ | | |
| | 68.º | Fundo de emigração | 2:000.000\$ | | |
| | 69.º | Fundo de protecção à marinha mercante e portos nacionais | 3:600.000\$ | | |
| | 70.º | Heranças jacentes | 134.300\$ | | |
| | 71.º | Impostos especiais para as obras do pôrto artificial da Horta | 9.600\$ | | |
| | 72.º | Imposto de farolagem | 148.400\$ | | |
| | 73.º | Imposto de 6 por cento sobre objectos artísticos (decreto n.º 5:695, de 10 de Maio de 1919, e regulamento de 1 de Novembro do mesmo ano) | 60.000\$ | | |
| | 74.º | Laudémios | 3.100\$ | | |
| | | Receitas: | | | |
| | 75.º | Agrícolas | 2.350\$ | | |
| | 76.º | Bolsas | 190.000\$ | | |
| | 77.º | Circunscricões hidráulicas | 50.000\$ | | |
| | 78.º | Dos Fósforos | 10.003.000\$ | | |
| | 79.º | Diversas, não classificadas | 492.635\$ | | |
| | 80.º | Minas (reconhecimento e sua demarcação) | 75.000\$ | | |
| | 81.º | Receita dos antigos almoxarifados (Palácios nacionais) | 120.000\$ | | |
| | 82.º | Receita nos termos dos artigos 25.º e 13.º dos decretos n.ºs 3:968 e 4:096, de 22 de Março e 14 de Abril de 1918—percentagens de 5 por cento e 10 por cento sobre os processos orfanológicos, civis, comerciais e criminaes | 2:300.000\$ | | |
| | 83.º | Nos termos do regulamento aprovado pelo decreto n.º 6:627, de 25 de Maio de 1920, e lei n.º 1:292, de 27 de Julho de 1922 (parte pertencente ao Estado do salário dos presos) | 67.000\$ | | |
| | | <i>Soma e segue</i> | 26:330.399\$ | 884:164.564\$ | |

| Capítulos | Artigos | Designação das receitas | Importâncias | | |
|-----------|---------|---|----------------|-------------------|----------------|
| | | | Por artigos | Por capítulos | Totais |
| 5.º | | <i>Transporte</i> | 26:330.399\$ | 884:164.564\$ | |
| | 84.º | Rendas diversas | 100.000\$ | | |
| | 85.º | Sanatórios da Madeira | 7.500\$ | | |
| | 86.º | Taxas de navegação — decreto n.º 10:046, de 28 de Agosto de 1924. | 69.500\$ | | |
| | 87.º | Taxas excedentes a 50\$ nos termos do § 1.º do decreto n.º 7:868, de 5 de Dezembro de 1921 | 422.600\$ | | |
| | 88.º | Tomadias | 1.760\$ | 26:931.759\$ | |
| 6.º | | CAPÍTULO 6.º | | | |
| | | JUROS E DIVIDENDOS DE CAPITAIS, ACÇÕES E OBRIGAÇÕES DE BANCOS E COMPANHIAS | | | |
| | 89.º | Juros e dividendos: | | | |
| | | Acções: | | | |
| | | Banco de Portugal | 228.725\$ | | |
| | | Banco Aliança do Porto | 34\$ | | |
| | | Companhia das Vinhas do Alto Douro | 3.960\$ | | |
| | | Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro | 138\$ | | |
| | | Obrigações: | | | |
| | | Companhia do Crédito Predial Português: | | | |
| | | Prediais | 162\$ | | |
| | | Distritais | 306\$ | | |
| | | Câmara Municipal do Porto | 421\$20 | | |
| | 90.º | Capitais mutuados pelos extintos conventos | | 630\$ | |
| | 91.º | Juros de títulos de dívida pública na posse e administração da Fazenda: | | | |
| | | Em caução e disponíveis: | | | |
| | | Dívida interna consolidada | 83:887.372\$80 | | |
| | | Dívida interna amortizável | 1.164\$88 | | |
| | | Dívida externa amortizável | 183.672\$90 | | |
| | | Dívida externa amortizável — ágio do ouro | 3:824.820\$ | | |
| | | Juros de títulos pela venda de bens nacionais | 7.568\$10 | | |
| | | Com determinadas aplicações: | | | |
| | 92.º | Curso Superior de Letras e outros estabelecimentos | | 21.985\$36 | |
| | 93.º | Fundo de amortização — lei de 5 de Julho de 1900 (dívida interna consolidada e externa) | | 200.000\$ | |
| | 94.º | Fundo dos conventos suprimidos | | 58.032\$36 | |
| | 95.º | Juros de quantias fornecidas por empréstimos às colónias para cobrir os seus <i>deficits</i> | | \$ | |
| | 96.º | Juros de diversas proveniências | | 3:500.000\$ | |
| | | Obrigações: | | | |
| | 97.º | Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro | | 1.336\$50 | |
| | 98.º | Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (juros) | | 1:156.467\$70 | |
| | 99.º | Companhia das Docas e Caminhos de Ferro Peninsulares | | 57.132\$ | 93:133.918\$80 |
| 7.º | | CAPÍTULO 7.º | | | |
| | | REEMBOLSOS E REPOSIÇÕES | | | |
| | 100.º | Armazéns gerais agrícolas — artigos 18.º a 20.º do decreto n.º 206, de 7 de Novembro de 1913 | | 1.500\$ | |
| | 101.º | Caixa de Reformas, Subsídios e Pensões do Pessoal dos Serviços de Obras Públicas — decreto n.º 205, de 17 de Novembro de 1915, que aprovou a reorganização da mesma Caixa | | 66.200\$ | |
| | 102.º | Colónias — 50 por cento das despesas de administração geral | | \$ | |
| | 103.º | Contribuição nos termos do decreto n.º 5:719, de 10 de Maio de 1919 — Jardim Colonial e Museu Agrícola Colonial | | 178.900\$ | |
| | 104.º | Compensação do Estado nos termos do n.º 7.º do artigo 90.º do decreto n.º 5:524, de 8 de Maio de 1919 | | 31.000\$ | |
| | 105.º | Dedução feita ao pessoal consular nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 9:885 de 2 de Julho de 1924 | | 7.000\$ | |
| | | Despesas com a cobrança das contribuições nos seguintes distritos autónomos: | | | |
| | 106.º | Angra do Heroísmo | | 9.000\$ | |
| | 107.º | Funchal | | 12.000\$ | |
| | 108.º | Ponta Delgada | | 14.000\$ | |
| | 109.º | Impostos indirectos municipais | | 650.000\$ | |
| | | <i>Soma e segue</i> | 969.600\$ | 1.004:230.241\$80 | |

| Capítulos | Artigos | Designação das receitas | Importâncias | | |
|-----------|---------|---|-----------------|--------------------|--------|
| | | | Por artigos | Por capítulos | Totais |
| 7.º | | <i>Transporte</i> | 969.600\$ | 1.001.230.241\$80 | |
| | 110.º | Despesas com a fiscalização: Fábricas de cerveja e outras cujos produtos estão sujeitos ao imposto de fabricação e consumo | 63.500\$ | | |
| | | Encargos dos seguintes empréstimos: | | | |
| | | 2:700.000\$, caminho de ferro da Suazilândia (decreto de 16 de Março de 1905) | —\$ | | |
| | | 1:500.000\$, caminho de ferro de Mossâmedes (decreto de 27 de Maio de 1905) | —\$ | | |
| | | 400.000\$, obras no Funchal (decreto de 13 de Agosto de 1908) | 12.941\$36 | | |
| | 111.º | 2:000.000\$ — lei n.º 252, de 18 de Julho de 1914 | —\$ | | |
| | | 1:500.000\$ — lei n.º 256, de 22 de Julho de 1914, artigo 3.º | —\$ | | |
| | | 8:000.000\$ — lei n.º 799, de 31 de Agosto de 1917 | —\$ | | |
| | | 2:000.000\$ — lei n.º 391, de 4 de Setembro de 1915 — Pôrto de Lisboa | 117.784\$10 | | |
| | | Caminhos de ferro do Estado | 549.202\$60 | | |
| | | Provincia de Angola — lei n.º 1:131, de 26 de Março de 1921 | —\$ | | |
| | | | 679.928\$06 | | |
| | 112.º | Importâncias com que as juntas gerais de distrito e câmaras municipais têm de contribuir para as despesas dos liceus centrais dos respectivos distritos | 131.528\$ | | |
| | 113.º | Reembólso nos termos do decreto-lei de 16 de Novembro de 1910 (contribuição de registo) | 9.000\$ | | |
| | 114.º | Reembólso nos termos do artigo 38.º do decreto n.º 5:827, de 31 de Maio de 1919 (Escola Colonial) | —\$ | | |
| | 115.º | Reembólso conta hospitais — n.º 5.º do artigo 31.º do decreto n.º 5:859, de 6 de Junho de 1919 | 8.000\$ | | |
| | 116.º | Reembólso dos direitos de importação de material eléctrico despachado, nos termos do artigo 1.º da lei n.º 183, de 4 de Junho de 1914 | 1.000\$ | | |
| | 117.º | Reembólso do custo do papel para valores selados — decreto n.º 7:144, de 19 de Novembro de 1920 | 230.000\$ | | |
| | 118.º | Rendas de casas para as repartições de Finanças | 60.000\$ | | |
| | 119.º | Reposições não abatidas nos pagamentos | 3.700.000\$ | 5:852.556\$06 | |
| 8.º | | CAPÍTULO 8.º | | | |
| | | RENDIMENTOS PRÓPRIOS DE DIVERSOS SERVIÇOS | | | |
| | 120.º | Armazéns Industriais — decreto n.º 4:626, de 6 de Julho de 1918 | 7.500\$ | | |
| | 121.º | Arquivo de identificação | 1.800\$ | | |
| | 122.º | Asilo dos Velhos em Campolide e protecção a menores em perigo moral, etc., lotarias (decreto-lei de 3 de Fevereiro de 1911) | 1:500.000\$ | | |
| | 123.º | Biblioteca Nacional de Lisboa e Arquivo Nacional | 34.600\$ | | |
| | 124.º | Cofre Geral dos Emolumentos do Ministério das Finanças | 8:002.000\$ | | |
| | 125.º | Cofre Geral dos Emolumentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros | 1:000.000\$ | | |
| | 126.º | Contrastarias e laboratórios de ensaios | 1:560.000\$ | | |
| | 127.º | Conventos de religiosas suprimidos | 226.500\$ | | |
| | 128.º | Emolumentos do registo civil (artigo 1.º do decreto n.º 4:848, de 20 de Setembro de 1918, e artigos 53.º a 58.º do decreto n.º 5:021, de 29 de Novembro do mesmo ano) | 159.730\$ | | |
| | 129.º | Emolumentos do Supremo Tribunal Administrativo (decreto n.º 5:526, de 9 de Maio de 1919) | 900\$ | | |
| | 130.º | Escola Elementar de Comércio do Pôrto (subsídio para a) (decreto-lei de 7 de Fevereiro de 1911) | 2.500\$ | | |
| | | Fundos especiais: | | | |
| | 131.º | Beneficência pública de alienaços | 3.600\$ | | |
| | 132.º | Emigração | 117.704\$84 | | |
| | 133.º | Estatística agrícola | 25.000\$ | | |
| | 134.º | Nacional de Assistência | 1:631.500\$ | | |
| | 135.º | Fundo Nacional da Instrução Primária | 48.000.000\$ | | |
| | 136.º | Fundo de protecção à marinha mercante e portos nacionais | 18:000.000\$ | | |
| | 137.º | Fundo de viação e turismo | 6:000.000\$ | | |
| | 138.º | Imprensas: | | | |
| | | Nacional | 9:400.000\$ | | |
| | | Da Universidade de Coimbra | 290.000\$ | | |
| | | | 9:690.000\$ | | |
| | 139.º | Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Pôrto (lei de 23 de Abril de 1913, base 3.ª) | 6:000.000\$ | | |
| | 140.º | Junta autónoma das obras do pôrto de Viana e do Rio Lima | 50.000\$ | | |
| | 141.º | Junta autónoma das obras do Rio Lis | 50.000\$ | | |
| | 142.º | Junta autónoma do pôrto comercial de Vila Real de Santo António (lei n.º 1:461, de 15 de Agosto de 1923) | 400.000\$ | | |
| | 143.º | Junta autónoma de Tavira (lei n.º 1:415, de 21 de Abril de 1923) | 80.000\$ | | |
| | 144.º | Propinas de inscrição, indemnizações por trabalhos de laboratório, etc. | 1.500.000\$ | | |
| | | <i>Soma e segue</i> | 104:043.334\$84 | 1.010:082.797\$861 | |

| Capítulos | Artigos | Designação das receitas | Importâncias | | |
|-------------------------------|---------|---|----------------|------------------|------------------|
| | | | Por artigos | Por capítulos | Totais |
| 8.º | 145.º | <i>Transporte</i> Receitas dos bens das mitras, cabidos, sés, colegiadas, etc., com aplicação a pensões eclesiásticas, artigos 68.º, 71.º, 104.º, 113.º e 140.º do decreto-lei de 20 de Abril de 1911. | 104:043.334#84 | 1010:082.797#86 | |
| | 146.º | Taxa militar | 320.000# | | |
| | 147.º | Reformas militares. | 9:000.000# | | |
| | 148.º | Serviços sanitários. | 168.000# | | |
| | 149.º | Tribunais das transgressões | 77.750# | | |
| | 150.º | Vencimentos a cargo do Banco Emissor | 255.000# | | |
| | | | 30.750# | 113:894.834#84 | 1.123:977.632#70 |
| RECEITA EXTRAORDINÁRIA | | | | | |
| CAPÍTULO 9.º | | | | | |
| 9.º | 151.º | Inspecção do Comércio Bancário — Taxa de 0,25 por cento sôbre todas as operações de venda de cambiais | 2:800.000# | | |
| | 152.º | Venda de bens nacionais | 50.000# | | |
| | 153.º | Venda e remissão de foros, censos e pensões | 4.600# | | |
| | 154.º | Receita nos termos do artigo 68.º da lei n.º 1:368, de 21 de Setembro de 1922 (melhoria de vencimentos): 90 por cento sôbre o imposto de transacções. 77:400.000# 40 por cento sôbre diversas contribuições 84:800.000# | 162:200.000# | 165:054.600# | 165:054.600# |
| | | | | 1.289:032.232#70 | 1.289:032.232#70 |

Resumo

Receita ordinária:

| | |
|--|-------------------------|
| Capítulo 1.º — Contribuições e impostos directos | 259:833.564# |
| » 2.º — Registo e selo | 157:500.000# |
| » 3.º — Impostos indirectos | 295:331.000# |
| » 4.º — Exclusivos — Rendas fixas e participação de lucros. | 171:500.000# |
| » 5.º — Bens próprios nacionais e diversos rendimentos | 26:931.759# |
| » 6.º — Juros e dividendos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias | 93:133.918#80 |
| » 7.º — Reembolsos e reposições. | 5:852.556#06 |
| » 8.º — Rendimentos próprios de diversos serviços. | 113:894.834#84 |
| | <u>1.123:977.632#70</u> |

Receita extraordinária:

| | |
|------------------------|-------------------------|
| Capítulo 9.º | 165:054.600# |
| | <u>1.289:032.232#70</u> |

Ministério das Finanças, em 30 de Junho de 1926. — O Ministro das Finanças, *Filomeno da Câmara Melo Cabral*.

N.º 2

MAPA DA DESPESA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DO ESTADO, NA METRÓPOLE, PARA O ANO ECONÓMICO DE 1926-1927, A QUE SE REFERE O DECRETO COM FORÇA DE LEI DESTA DATA

| Capítulos | | Importâncias | | |
|--|--|----------------|-----------------|----------------|
| | | Por capítulos | Por Ministérios | Totais |
| DESPESA ORDINÁRIA | | | | |
| MINISTÉRIO DAS FINANÇAS | | | | |
| DÍVIDA PÚBLICA | | | | |
| 1.º | Dívida pública | 339:633.195#65 | | |
| ENCARGOS GERAIS | | | | |
| PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, CONGRESSO E OUTROS ENCARGOS | | | | |
| 2.º | Presidência da República e Presidência do Governo | 597.500# | | |
| 3.º | Congresso | 1:039.062# | | |
| 4.º | Pensões a classes inactivas | 1:060.920#44 | | |
| 5.º | Subsídios | 8:737.920#99 | | |
| 6.º | Diversos encargos | 14:432.800#32 | | |
| | | | 22:868.203#75 | |
| SERVIÇOS DO MINISTÉRIO | | | | |
| 7.º | Ministro das Finanças | 6.000# | | |
| 8.º | Secretaria Geral e Direcção Geral da Fazenda Pública e serviços dependentes | 1:453.066#84 | | |
| 9.º | Direcção Geral da Contabilidade Pública | 384.904# | | |
| 10.º | Direcção Geral da Estatística | 249.076# | | |
| 11.º | Secretaria da Fiscalização dos Tabacos e Inspecção Geral dos Fósforos e extinta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas | 1:566.872# | | |
| 12.º | Serviços de contribuições | 4:821.277#66 | | |
| 13.º | Cofre Geral de Emolumentos do Ministério das Finanças | 8:002.000# | | |
| 14.º | Serviços tipográfico e telefónico e pessoal menor das direcções gerais do Ministério | 42.931#62 | | |
| 15.º | Junta do Crédito Público | 206.494# | | |
| 16.º | Conselho Superior de Finanças | 123.326# | | |
| 17.º | Serviços das alfândegas | 5:190.479#82 | | |
| 18.º | Guarda fiscal | 12:829.499#40 | | |
| 19.º | Casa da Moeda e Valores Selados | 1:221.128#86 | | |
| 20.º | Empregados aposentados, reformados e de reserva | 1:677.733#15 | | |
| 21.º | Despesas de anos económicos findos | 4:801.695#61 | | |
| 22.º | Pessoal em disponibilidade fora do serviço, atido e de quadros especiais | 194.760#36 | | |
| | | | 42:931.845#32 | |
| | | | | 407:433.244#72 |
| MINISTÉRIO DO INTERIOR | | | | |
| 1.º | Gabinete do Ministro | 7.000# | | |
| 2.º | Secretaria Geral | 69.420# | | |
| 3.º | Administração Política e Civil | 6:037.436#43 | | |
| 4.º | Segurança pública | 44:255.982#85 | | |
| 5.º | Estabelecimentos militares | 139.166#83 | | |
| 6.º | Despesas de anos económicos findos | 1:071.991#84 | | |
| 7.º | Pessoal além dos quadros | 31.607#65 | | |
| 8.º | Hospitais civis de Lisboa | 13:165.200# | | |
| 9.º | Seguros Sociais e Previdência Geral | 9:683.919#38 | | |
| 10.º | Novo Manicómio de Lisboa | 1:055.190# | | |
| 11.º | Bairros Sociais | 506.851#22 | | |
| | | | | 76:023.766#20 |
| MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS | | | | |
| 1.º | Ministro | 6.000# | | |
| 2.º | Direcção Geral da Justiça e dos Cultos | 88.343#37 | | |
| 3.º | Serviço do registo civil | 211.110# | | |
| 4.º | Serviços de Justiça | 2:014.489#06 | | |
| 5.º | Serviços prisionais | 525.007#41 | | |
| 6.º | Serviços de jurisdicionais e tutelares de menores | 208.622#57 | | |
| 7.º | Serviços médico-legais | 196.405# | | |
| 8.º | Despesas de anos económicos findos | 78.911#13 | | |
| 9.º | Pessoal além dos quadros | 77.273#02 | | |
| | | | | 3:406.161#56 |
| | | | | 486:863.172#48 |
| | <i>Soma e segue</i> | | | |

| Capítulos | | Importâncias | | |
|-----------|--|---------------|-----------------|--------|
| | | Por capítulos | Por Ministérios | Totais |
| | <i>Transporte</i> | | 486:863.172#48 | |
| | MINISTÉRIO DA GUERRA | | | |
| 1.º | Pessoal | 44:469.667#75 | | |
| 2.º | Material | 40:963.379#48 | | |
| 3.º | Alimentação | 56:123.192# | | |
| 4.º | Construções militares | 2:614.800# | | |
| 5.º | Despesas diversas | 5:073.691#50 | | |
| 6.º | Despesas de anos económicos findos | 792.281#39 | 150:067.012#12 | |
| | MINISTÉRIO DA MARINHA | | | |
| 1.º | Gabinete do Ministro | 51.000# | | |
| 2.º | Direcções Gerais do Ministério da Marinha | 39:105.784#67 | | |
| 3.º | Classes inactivas de marinha | 2:776.882#82 | | |
| 4.º | Encargos gerais do Ministério | 5:978.392#50 | | |
| 5.º | Despesas de anos económicos findos | 538.516#05 | | |
| 6.º | Protecção à Marinha Mercante | 3:450.000# | 51:900.576#04 | |
| | MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | |
| 1.º | Ministro dos Negócios Estrangeiros | 7.800# | | |
| 2.º | Secretaria, legações e consulados | 1:224.913#66 | | |
| 3.º | Pessoal menor do Ministério | 8.344#72 | | |
| 4.º | Cofre geral de emolumentos do Ministério | 1:000.000# | | |
| 5.º | Encargos diversos | 26:325.330#92 | | |
| 6.º | Despesas de anos económicos findos | 68.000# | | |
| 7.º | Pessoal além dos quadros, em disponibilidade e adido | 54.630#89 | 28:689.020#19 | |
| | MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES | | | |
| 1.º | Ministro | 35.000# | | |
| 2.º | Secretaria Geral do Ministério e Serviços de Obras Públicas | 1:001.057#58 | | |
| 3.º | Administração Geral de Estradas e Turismo | 80:224.703#50 | | |
| 4.º | Administração Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais | 8:347.012#50 | | |
| 5.º | Administração Geral dos Serviços Hidráulicos | 4:593.440# | | |
| 6.º | Direcção Geral do Comércio e Indústria | 55.776# | | |
| 7.º | Administração Geral dos Serviços Geodésicos, Topográficos e Cadastrais | 209.966#10 | | |
| 8.º | Instrução Técnica Industrial e Comercial | 2:312.226# | | |
| 9.º | Armazéns Gerais Industriais | 31.140# | | |
| 10.º | Despesas de anos económicos findos | 191.453#19 | | |
| 11.º | Diversos encargos | 442.500# | | |
| 12.º | Fundo de Protecção à Marinha Mercante e Portos Nacionais | 11:550.000# | | |
| 13.º | Pessoal em disponibilidade | 28.920# | | |
| 14.º | Direcção Geral das Indústrias | 269.143# | | |
| 15.º | Direcção Geral das Minas e Serviços Geológicos | 166.024# | | |
| 16.º | Pessoal em disponibilidade | 367.608#53 | 109:855.970#40 | |
| | MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS | | | |
| 1.º | Soberania e civilização | 3:919.152#43 | | |
| 2.º | Administração geral | 552.452#99 | | |
| 3.º | Estabelecimentos e serviços especiais | 476.797#15 | | |
| 4.º | Encargos diversos | 793.923#60 | | |
| 5.º | Pessoal em disponibilidade | 54.491#94 | 5:796.818#51 | |
| | MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA | | | |
| 1.º | Ministro da Instrução Pública | 36.000# | | |
| 2.º | Secretaria Geral e direcções gerais do Ministério | 132.506#72 | | |
| 3.º | Instrução primária e normal | 9:845.762#44 | | |
| 4.º | Instrução secundária | 2:351.623#02 | | |
| 5.º | Instrução universitária | 5:173.851#66 | | |
| 6.º | Instrução artística | 534.138#60 | | |
| 7.º | Estabelecimentos e serviços especiais de instrução | 1:553.209#32 | | |
| 8.º | Despesas eventuais dos serviços de instrução | 380.813# | | |
| 9.º | Serviços de Saúde Pública | 702.453#02 | | |
| 9.º | Despesas de anos económicos findos | 1:563.339#61 | | |
| 10.º | Pessoal em disponibilidade | 844.382#21 | 23:518.079#60 | |
| | Soma e segue: | | 856:690.649#34 | |

| Capítulos | | Importâncias | | |
|-----------|---|---------------|-----------------|----------------|
| | | Por capítulos | Por Ministérios | Totais |
| | <i>Transporte</i> | | 856:690.649#34 | |
| | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA | | | |
| 1.º | Ministro e pessoal de gabinete | 7.000# | | |
| 2.º | Serviços internos e externos | 695.036# | | |
| 3.º | Secretaria Geral | 74.620# | | |
| 4.º | Direcção Geral do Ensino e Fomento | 3:759.780#28 | | |
| 5.º | Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas | 85.040# | | |
| 6.º | Direcção Geral dos Serviços Pecuários | 663.085# | | |
| 7.º | Bolsa Agrícola | -# | | |
| 8.º | Acidentes no trabalho | 10.000# | | |
| 9.º | Diversos encargos | 17.200# | | |
| 10.º | Despesas imprevistas | 2.000# | | |
| 11.º | Despesas de anos económicos findos | 657.063#56 | | |
| 12.º | Pessoal adido e além dos quadros | 85.991#58 | 6:056.824#42 | 862:747-473#76 |
| | DESPESA EXTRAORDINÁRIA | | | |
| | MINISTÉRIO DAS FINANÇAS | | | |
| | Despesas de amoedação | 430.329# | | |
| | Despesas a fazer na Casa da Moeda e Valores Selados com a cunhagem e emissão de moedas de bronze e alumínio de 50 e 1# | 2:100.000# | | |
| 23.º | Para a aquisição de máquinas para a Casa da Moeda e Valores Selados | 30.000# | | |
| | Despesas de instalação das repartições da Direcção Geral da Contabilidade Pública no Ministério das Finanças | 3.000# | | |
| | Despesa com reparações e limpeza do mobiliário, etc. e salas da Direcção Geral da Fazenda Pública | 30.000# | | |
| | Despesas com limpeza do mobiliário e Gabinete do Ministro | 10.000# | | |
| | Retratos a óleo dos Presidentes da República | 30.000# | | |
| | | 2:633.329# | | |
| 24.º | Despesas com o sexto recenseamento da população | 252.000# | | |
| 25.º | Melhorias de vencimentos, ajudas de custo de vida e quaisquer outros abonos extraordinários | 120:000.000# | | |
| 26.º | Inspeção de câmbios | 250.000# | | |
| 27.º | Despesas com os arquivos da Direcção Geral da Contabilidade Pública | 20.000# | | |
| 28.º | Despesas com reparações e limpeza do mobiliário, etc., da Inspeção Geral dos Fósforos | 25.000# | | |
| 29.º | Indemnizações | 200.000# | 123:380.329# | |
| | MINISTÉRIO DO INTERIOR | | | |
| 1.º | Melhoria de vencimentos ao pessoal do Ministério, estabelecimentos civis dependentes, pessoal das administrações dos bairros e concelhos do país e da guarda nacional republicana | 101:117.146# | | |
| 2.º | Gratificação aos chefes, cabos e guardas das polícias de Lisboa, Pôrto e Coimbra, que desempenhem serviço de rondas e patrulhas | 5º0.000# | | |
| 3.º | Subsídio para fardamento às praças da guarda nacional republicana | 1:091.772# | | |
| 4.º | Reparações e construção de quartéis da guarda nacional republicana | 500.000# | | |
| 5.º | Para compra de maquinismos destinados à Imprensa Nacional | 600.000# | | |
| 6.º | Para subsídio em partes iguais à Previdência Mútua do Pessoal da Imprensa Nacional de Lisboa, à Caixa das Viúvas e Órfãos e à Cooperativa «A Pensionista» do pessoal do mesmo estabelecimento | 6.000# | | |
| 7.º | Para satisfazer os encargos provenientes da modificação a fazer nos encanamentos a separar os consumos de água do Ministério do Interior e Instrução | 6.058# | | |
| 8.º | Para compra de duas máquinas dactilográficas para o serviço da Repartição de Segurança | 6.165# | 103:907.141# | |
| | MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS | | | |
| 1.º | Para pagamento de melhoria de vencimentos ao pessoal dependente d'êste Ministério | 14:500.000# | | |
| 2.º | Para ocorrer aos <i>deficits</i> nas dotações de material e diversas despesas dos serviços prisionais, correcionais e de protecção a menores | 7:500.000# | | |
| 3.º | Para satisfação das ajudas de custo de expediente a escrivães e oficiais de diligências, nos termos do artigo 2.º da lei n.º 1:231, de 27 de Setembro de 1921 | 46.800# | | |
| 4.º | Para aquisição de material para o Instituto de Medicina Legal do Pôrto | 40.000# | | |
| 5.º | Para aquisição de mobília para a Procuradoria da República junto da Relação de Coimbra | 30.000# | | |
| 6.º | Para ocorrer às despesas que der lugar à elaboração das propostas de organização do Código do Processo Criminal e remodelação do Código do Processo Civil e Código Civil | 50.000# | 22:166.800# | |
| | <i>Soma e segue</i> | | 249:454.270# | 862:747-473#76 |

| Capítulos | | Importâncias | | |
|-----------|---|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | Por capítulos | Por Ministérios | Totais |
| | <i>Transporte</i> | | 249:454.270\$ | 862:747.473\$76 |
| | MINISTÉRIO DA GUERRA | | | |
| 1.º | Para continuação da construção do Parque de Administração Militar | 15.000\$ | | |
| 2.º | Melhorias de vencimentos ao pessoal militar e civil dependente do Ministério da Guerra | 162:176.043\$42 | | |
| 3.º | Para levantamento de um pavimento no regimento de infantaria n.º 18 (Pôrto), para início da construção da instalação do quartel general e tribunal militar | 200.000\$ | | |
| 4.º | Reparações na carreira de tiro de Espinho por destroços feitos pelo temporal | 25.000\$ | | |
| 5.º | Para conclusão do Depósito Territorial do Entroncamento | 40.000\$ | | |
| 6.º | Para coberturas gerais dos obuses do C. E. L. e beneficiação urgente do mesmo | 30.000\$ | | |
| 7.º | Para condecorações a estrangeiros | 10.000\$ | | |
| 8.º | Para reparação e beneficiamento do material de pontes | 107.850\$ | | |
| 9.º | Construção de um primeiro andar, ampliação de duas casernas, construção de um picadeiro, de uma cavalaria e dez casas para oficiais e sargentos da Escola de Tiro da Artilharia de Campanha | 50.000\$ | | |
| 10.º | Expropriação da propriedade das «Dragas» em Alverca. (Decreto n.º 6:628, de 21 de Maio de 1920) | 500.000\$ | | |
| 11.º | Aquisição de material telefónico para a rede militar | 25.000\$ | | |
| 12.º | Para aquisição da quinta das Camélias, ao Lumiar, onde está instalada a Escola de Aplicação da Administração Militar (Lei n.º 1:062, de 5 de Novembro de 1920) | 140.000\$ | | |
| 13.º | Despesas com a montagem de ligações dos postos radiotelegráficos | 23.000\$ | | |
| 14.º | Reparação geral e aproveitamento do material de projectores de campanha do exército | 100.000\$ | | |
| 15.º | Para conserto de carros e espingardas a efectuar pelo Arsenal do Exército, utilizando o processo Salerno de Retubagem, cujo uso do respectivo privilégio já foi comprado | 378.000\$ | | |
| 16.º | Instalação definitiva da Escola de Esgrima do Exército | 20.000\$ | | |
| 17.º | Para conclusão e reparação de barracões e construção dos dispositivos necessários para arrumação de material de guerra dos armazéns do Arsenal do Exército, no Depósito Territorial do Entroncamento. (Despacho ministerial de 15 de Julho de 1925) | 100.000\$ | | |
| 18.º | Pagamento da terceira anuidade com o encargo da aquisição de material aeronáutico encomendado pelo Ministério da Guerra em conta do crédito de 3.000.000 de libras | 4:000.000\$ | | |
| 19.º | Para aquisição e pagamento ao Ministério da Justiça de rendas da chamada Casa dos Jesuítas, onde está instalado o quartel general da 5.ª divisão do exército, em Coimbra (Lei n.º 1:062, de 5 de Novembro de 1920) | 81.000\$ | | |
| 20.º | Para conclusão do pavilhão de isolamento no Hospital Militar do Pôrto | 150.000\$ | | |
| 21.º | Para construção de um pavimento sobre o actual isolamento do Hospital Militar de Lisboa (Despacho ministerial de 4 de Novembro de 1925) | 150.000\$ | | |
| 22.º | Para ampliação do edifício de lavanderia e desinfectação pelo vapor para instalação de rouparias e reparações gerais em todo o Hospital Militar de Lisboa (Despacho ministerial de 4 de Novembro de 1925) | 110.000\$ | | |
| 23.º | Para a obra de cobertura da <i>garage</i> militar e caserna para soldados (Despacho ministerial de 7 de Novembro de 1925) | 150.000\$ | | |
| 24.º | Para aquisição e montagem duma estação radiotelegráfica no campo internacional de aterragem em Alverca (Despacho ministerial de 28 de Novembro de 1925) | 500.000\$ | | |
| 25.º | Para a indispensável construção de um picadeiro coberto no quartel do regimento de cavalaria n.º 9, no Pôrto (Despacho ministerial de 7 de Novembro de 1925) | 150.000\$ | | |
| 26.º | Para continuação das obras de adaptação do edifício do Bom Pastor, no Pôrto, a quartel do regimento de infantaria n.º 31 (Despacho ministerial de 7 de Novembro de 1925) | 200.000\$ | | |
| 27.º | Para substituição de linhas telegráficas aéreas por subterrâneas (Despacho ministerial de 13 de Novembro de 1925) | 150.000\$ | | |
| 28.º | Para acabamento do Pavilhão da Família Militar, em construção na cerca do Hospital Militar de Lisboa | 200.000\$ | | |
| 29.º | Para os trabalhos topográficos da secção de Cartografia do Estado Maior do Exército (Despacho ministerial de 24 de Junho de 1926) | 50.000\$ | | |
| 30.º | Para conclusão das obras do Hospital Militar de Coimbra (Despacho ministerial de 24 de Junho de 1926) | 65.865\$ | | |
| 31.º | Para fabrico no Arsenal do Exército de arreios para metralhadoras pesadas | 350.000\$ | 170.246:758\$42 | |
| | MINISTÉRIO DA MARINHA | | | |
| 1.º | Obras e construções | 2:500.000\$ | | |
| 2.º | Material radiotelegráfico | 857.000\$ | | |
| 3.º | Material naval | 4:444.000\$ | | |
| 4.º | Construção do Arsenal da Marinha na margem sul do Tejo | 4:033.000\$ | | |
| 5.º | Melhoria a todo o pessoal militar e civil, nos termos das leis em vigor | 63:300.000\$ | | |
| 6.º | Empréstimo para compra de navios | 513.552\$58 | | |
| 7.º | Máquinas e outros utensílios | 1:155.000\$ | | |
| 8.º | Material de guerra | 2:425.000\$ | | |
| 9.º | Refôrço ao fundo permanente com a aquisição de fardamento | 300.000\$ | | |
| 10.º | Material aeronáutico | 4.000.000\$ | | |
| 11.º | Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra | 50.000\$ | 83:577.552\$58 | |
| | <i>Soma e segue</i> | | 503:278.581\$ | 862:747.473\$76 |

| Capítulos | | Importâncias | | |
|-----------|---|---------------|-----------------|------------------|
| | | Por capítulos | Por Ministérios | Totais |
| | <i>Transporte</i> | | 503:278.581# | 862:747.473#76 |
| | MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | |
| 8.º | Despesas diversas | 25.400# | | |
| 9.º | Melhorias e subvenções pela carestia da vida | 1:084.000# | | |
| 10.º | Despesas excepcionais resultantes da guerra | 175.000# | | |
| 11.º | Diferenças de câmbio | 5:035.000# | 6:319.400# | |
| | MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES | | | |
| 17.º | Encargos de empréstimos | 442.343#15 | | |
| 18.º | Melhorias de vencimentos | 25:442.453#58 | | |
| 19.º | Caminhos de Ferro do Estado—Pessoal adido | 5:310.000# | | |
| 20.º | Congressos, missões de estudo e inquéritos | 10.000# | | |
| 21.º | Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande | 374.235# | | |
| 22.º | Participação de multas e outras receitas | 250.000# | | |
| 23.º | Reconstrução do edificio da Praça do Comércio | 500.000# | | |
| 24.º | Carvões nacionais | 100.000# | 32:429.031#73 | |
| | MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS | | | |
| | Obras a realizar nas diferentes repartições do Ministério | 16.000# | | |
| | Encargos coloniais: | | | |
| | Provincia de Angola (Caminho de Ferro de Ambaca) .. | 488.933#98 | | |
| | Estado da India (Caminho de Ferro de Mormugão) .. | 4:500.000# | | |
| | | 4:988.933#98 | | |
| | Melhoria de vencimentos ao pessoal dependente do Ministério | 3:650.000# | | |
| | Missões coloniais: | | | |
| | Subsidio extraordinário e melhoria de vencimento ao pessoal do Instituto de Missões Coloniais | 300.000# | | |
| | Medalhas comemorativas de campanhas no Ultramar e outras medalhas militares | 5.000# | | |
| | Cota extraordinária para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma | 669#64 | | |
| | Subsidio aos colégios de formação missionária portuguesa | 300.000# | 9:260.603#62 | |
| | MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA | | | |
| 12.º | Melhoria de vencimentos ao pessoal das direcções gerais, repartições e estabelecimentos dependentes do Ministério | 124:000.000# | | |
| 13.º | Subvenção para pagamento das despesas extraordinárias do Hospital Escolar | 2:812.500# | | |
| 14.º | Aquisição de vitrines destinadas à exposição de ourivesaria e a outras secções do Museu de Arte Antiga | 100.000# | | |
| 15.º | Obras de reparação e ampliação do Museu Bocage e substituição parcial das suas valiosas colecções a fim de poder assegurar a reabertura do mesmo Museu | 350.000# | | |
| 16.º | Subvenção extraordinária à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, para aquisição de instrumental para exploração clinica e para terapêutica, para obras de reparação do edificio da referida Faculdade e ampliação dos seus laboratórios | 100.000# | | |
| 17.º | Continuação da construção do novo edificio do museu de zoologia e estação de zoologia marítima da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto | 25.000# | | |
| 18.º | Subvenção extraordinária à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa para renovação do material do Instituto de Fisiologia, aquisição de material para os serviços clínicos e laboratoriais da cadeira de ginecologia, e para a criação dos serviços de anatomia patológica da cadeira de pediatria | 25.000# | | |
| 19.º | Aquisição do material indispensável para os laboratórios da Faculdade Técnica da Universidade do Porto | 100.000# | | |
| 20.º | Expropriação duma ilha e vedação de terreno contíguo ao edificio da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto | 60.000# | | |
| 21.º | Continuação das obras de construção do edificio do Liceu Alexandre Herculano (Porto) | 240.000# | | |
| 22.º | Despesas relativas ao combate de epidemias e encargos respeitantes a medidas preventivas de saúde pública | 250.000# | | |
| 23.º | Congressos, missões de estudo e inquéritos nos serviços de saúde pública .. | 15.000# | 128:077.500# | |
| | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA | | | |
| 13.º | Despesas de instalação, construção e reparação | 620.000# | | |
| 14.º | Pessoal contratado | 3.240# | | |
| 15.º | Classificação e arborização de baldios e arrolamento dos matos e terrenos pertencentes aos corpos e corporações administrativas | 10.000# | | |
| 16.º | Melhoria de vencimentos | 12:500.000# | | |
| 17.º | Crise económica | -#- | | |
| 18.º | Aquisição de animais e alfaia agrícola para postos zootécnicos | 50.000# | 13:192.240# | |
| | | | | 692:557.356#35 |
| | | | | 1.555:304.830#11 |

N.º 3

MAPA DA RECEITA E DESPESA DOS SERVIÇOS AUTÓNOMOS PARA O ANO ECONÓMICO DE 1926-1927
A QUE SE REFERE O DECRETO COM FORÇA DE LEI DESTA DATA

Receita:

| | | | |
|--|----------------|--|-----------------------|
| Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência: | | | |
| Receitas diversas | | | 56:783.125#90 |
| Serviços Florestais e Aquícolas: | | | |
| Rendimento de pinhais, matas, dunas e serras | 2:412.770# | | |
| Saldo para fazer face a despesas de exercícios findos | 1:387.230# | | 4:800.000# |
| Caminhos de Ferro do Estado: | | | |
| Receita de exploração | 104:766.296#25 | | |
| Vencimento do pessoal adido, nos termos da lei n.º 1:449, de 13 de Julho de 1923, artigo 8.º e seus parágrafos | 5:310.000# | | |
| Fundo especial | 33:599.409#10 | | |
| Conta de estabelecimento (receita prevista de empréstimos) | 30:000.000# | | 173:675.705#35 |
| Pôrto de Lisboa: | | | |
| Receita de exploração | 26:000.000# | | |
| Produto de empréstimos a realizar para obras e melhoramentos | 18:000.000# | | |
| Saldo para fazer face a despesas não liquidadas de exercícios findos | 3:329.571#93 | | 47:329.571#93 |
| Correios e Telégrafos: | | | |
| Produto das receitas da exploração eléctrica postal | 83:764.740# | | |
| Receita do fundo de reserva | 2:200.000# | | 85:964.740# |
| Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral: | | | |
| Receitas próprias | 22:631.683#38 | | |
| Subvenções que constituem encargos do Estado | 8:678.919#38 | | 31:310.602#76 |
| Fundo do Fomento Agrícola | | | 6:070.000# |
| Caixa Geral de Crédito Agrícola: | | | |
| Juros provenientes das operações de crédito agrícola | | | 660.000# |
| Bolsa Agrícola: | | | |
| Receitas próprias | 1:260.015#30 | | |
| Subvenção do Estado | 250.000# | | 1:510.015#30 |
| | | | <u>408:103.761#24</u> |

Despesa:

| | | | |
|---|---------------|--|-----------------------|
| Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência: | | | |
| Despesa de administração, juros de capitais depositados, etc. | 35:662.013#36 | | |
| Lucros prováveis | 21:721.112#54 | | 56:783.125#90 |
| Serviços Florestais e Aquícolas: | | | |
| Despesa de exploração | | | 4:800.000# |
| Caminhos de Ferro do Estado: | | | |
| Despesa de exploração | 99:317.254#76 | | |
| Vencimentos do pessoal adido, nos termos da lei n.º 1:449, de 13 de Julho de 1923, artigo 8.º e seus parágrafos | 5:310.000# | | |
| Fundo especial | 33:599.409#10 | | |
| Renda fixa pertencente ao Estado | 750.000# | | |
| Conta de estabelecimento (despesa prevista de empréstimos) | 30:000.000# | | |
| Exercícios findos | 4:699.041#49 | | 173:675.705#35 |
| Pôrto de Lisboa: | | | |
| Despesa de exploração | 18:000.000# | | |
| Encargos de empréstimos | 3:000.000# | | |
| Despesas de estabelecimento a realizar pelo produto de empréstimos e receita líquida | 23.000.000# | | |
| Exercícios findos | 3:329.571#93 | | 47:329.571#93 |
| Correios e Telégrafos: | | | |
| Despesa de exploração dos correios, telégrafos, telefones e fiscalização das indústrias eléctricas | 83:764.740# | | |
| Encargos a custear pelo fundo de reserva | 2:200.000# | | 85:964.740# |
| Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral: | | | |
| Despesas próprias | 22:631.683#38 | | |
| Despesas a cargo do Estado | 8:678.919#38 | | 31:310.602#76 |
| Fundo do Fomento Agrícola | | | 6:070.000# |
| Caixa Geral do Crédito Agrícola: | | | |
| Despesas próprias | 487.371#88 | | |
| Saldo a capitalizar | 172.628#12 | | 660.000# |
| Bolsa Agrícola: | | | |
| Despesas próprias | | | 1:510.015#30 |
| | | | <u>408:103.761#24</u> |

Ministério das Finanças, em 30 de Junho de 1926.— O Ministro das Finanças, *Filomeno da Câmara Melo Cabral*.